PUC
RIO

CARLOS PEREIRA CORRÊA

O HORROR AO INCESTO E A ESTRUTURA DO INCONSCIENTE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1988.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
http://www.puc-rio.br

N.Cham. 150 C824h TESE UC
Título O horror ao incesto e a estrutura do inconsciente

Ex.2 PUCB 0040294

CARLOS PEREIRA CORRÊA

O HORROR AO INCESTO E A ESTRUTURA DO INCONSCIENTE

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-RJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: CIRCE NAVARRO VITAL BRAZIL.

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Rio de Janeiro, dezembro de 1988.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
BIBLIOTECA
DO RIO DE JANEIRO
19/02/90
40294

150
C824h
TESEUC

Este trabalho eu dedico ao meu pai.

AGRADECIMENTOS:

- À professora, doutora Circe Navarro Vital Brazil, pela com - preensão e pelo suporte afetivo.

- Às amigas Márcia, Lolita, Stella e Maria Lídia no Rio, e Goya e Elen em Petrópolis, pela disponibilidade e carinho.

- À Verinha, pela atenção de sempre.

- Aos primeiros mestres nesta caminhada: Chico e Tânia

RESUMO:

O texto que se segue tem o objetivo de apresentar o horror sentido diante do incesto em um nível que exclua a análise de um julgamento moralizante. Para este objetivo usaremos algumas categorias provenientes da Psicanálise, da Antropologia e da Linguística Estrutural.

O horror ao incesto vai aparecer então como apontando para a estrutura inconsciente, para o ponto onde ocorre o amarramento das ordens do imaginário, do simbólico e do real.

RÉSUMÉ:

Le texte qui se suit a comme objectif présenter le sentiment d'horreur senti par l'Homme devant l'inceste, dans un niveau qui exclue l'analyse d'un jugement moral. Pour cet objectif on usera quelques categories provenants de la Psychanalyse, de l'Anthropologie et de la Linguistique Structurale.

L'horreur a l'inceste apparaîtra donc comme signalisant l'estructure inconscient, le point ou les ordres de l'Imaginaire, du Symbolique et du Réel s'attachent.

ÍNDICE:

Introdução..... 01

Capítulo I - Horror e Psicanálise.....07

Capítulo II - Horror e Antropologia..... 30

Conclusão..... 49

Bibliografia..... 54

"Na manhã em que me levantei para começar este livro tossi. Algo estava a sair-me da garganta, a estrangular-me. Rasguei o cordão que o retinha e arranquei-o. Voltei para a cama e disse: acabo de cuspir o coração.

Existe um instrumento chamado quena que é feito de ossos humanos. Tem origem no culto que um índio dedicou à sua amante. Quando ela morreu ele fez dos seus ossos uma flauta. A quena tem um som mais penetrante, mais persistente do que a flauta vulgar.

Aqueles que escrevem sabem o processo. Pensei nisto enquanto cuspia o coração.

Só que eu não estou à espera da morte do meu amor.

Anaïs Nin.

INTRODUÇÃO

Qual o caminho para falar-se do incesto? O mais provável é que esse caminho seja traçado a partir daqueles que o cometeram. É saber deles, ouvir o que têm a dizer. Mas logo aí aparece uma primeira dificuldade: eles não falam sobre o que fizeram. Eles não dizem o que lhes aconteceu. Não podem! O adjetivo INCĒSTUS significa em latim: impuro, manchado, obsceno. Quem pratica o incesto sente-se e é sentido pela sociedade como portador de uma mácula, uma grande mancha. Por fim só lhes restam praticamente duas maneiras ou lugares onde colocar isso - esse sentimento estranho e proibido e que atrai toda repulsa. O que acontece é que a revelação da prática do incesto, da quebra deste tabu é tão marcante e chocante que acaba fazendo com que o sujeito se recolha e não fale. Falar disso ainda é muito grave.

A outra opção que resta ao sujeito que praticou o incesto e disso fala é o isolamento, o afastamento e até o interna-mento. Só um louco ousaria quebrar a barreira do tabu do incesto . Só o louco. Só ele poderia cometer um ato tão a-normal, que contrariasse, que se opusesse tanto à norma, à regra, ao que é lei.

Em termos práticos essas duas opções acabam resultando no mesmo efeito. Ou o sujeito se convence de que é alienígena e se cala, aquiesce; ou fala e é visto como um louco, podendo até ser internado, alienado. Alienado por internamento ou prisão. "Têm o que merecem" diriam, já que são julgados por uma determinada moral e pelo rompimento com os padrões desta mesma moral. Já que a coisa dá-se ao nível da quebra da lei, o que "naturalmente" vai advir como consequência será a punição. A punição ao que cometeu o incesto encontra-se como possibilidade em nosso código penal (Título VI, dos crimes contra os costumes) , assim como também é encontrada em qualquer outra cultura, juntamente com a proibição.

Vimos portanto que os sujeitos que transgridem esse tabu tão arraigado ficam "condenados" ao silêncio ou à marginalidade (no sentido de serem postos à margem). Parece que falam de algo com o seu ato de transgressão - que inclusive é bem mais comum do que se pensa - algo que ameaça muito. Ofende, repugna porque ameaça. Atinge aos desejos mais secretos e mais proibidos, aos prazeres mais demoníacos que portanto são punidos com as mais duras penas; até com a morte, em algumas culturas.

Este persistente silêncio tornou inviável o projeto inicial desta tese que procurava uma abordagem a partir de relatos dos sujeitos mesmos que praticaram o incesto. Restariam ainda os documentos: os relatos de casos, ou na instância jurídica os processos. Mas acontece que uma outra coisa sobrou. Uma inquietação crescente com esse silêncio. Passou a ficar mais claro o tamanho deste sentimento - invisível na maior parte das vezes - de medo aterrador que sente aquele que cometeu o incesto. Levi Strauss fala da dificuldade que esse efeito pela repulsa provoca na pesquisa científica:

> "Não nos espantaremos em encontrar tanto constrangimento em um autor (Levi-Bruhl) que não hesitou contudo diante das mais audaciosas hipóteses, se considerarmos que os sociólogos são quase unânimes em manifestar, diante deste problema, a mesma repugnância e a mesma timidez".
>
> (Levi-Strauss, C., 1982:49)

Esta sobra era muito rica, e nela uma espécie de fio parece que começa a aparecer. Durante a primeira revisão bibliográfica vimos que o tema incesto surge como onipresente fonte de inspiração e pesquisa assim como de tentativas teóricas. Pa-

ra a Antropologia é um tema fundamental. A questão do incesto , da proibição de certas uniões matrimoniais,vai aparecer como importante para a compreensão do homem de si mesmo não só na Antropologia como também em outras áreas do campo das Ciências do Homem. É um tema que avança barreiras,quebra distinções nítidas, abusa de mobilidade transdisciplinar. Mas o que é que faz dele encantado como objeto de pesquisa e que também o faz universal? É o seu caráter de lei. O tabu do incesto - enquanto proibição, norma que estrutura o grupo social como instaurador de cultura, incida sobre que tipo de parentesco incidir; seja numa estrutura elementar ou numa complexa de parentesco -, foi encontrado em todas as culturas às quais se teve acesso até hoje:

> "Se pedíssemos a dez etnólogos contemporâneos para indicar uma instituição humana universal, é provável que nove escolhessem a proibição do incesto. Vários deles já a designaram formalmente como a única instituição universal".
>
> (Cf.A.L. Kroeber, Totem and Taboo in Retrospect. American Journal of Sociology, vol. 45, n. 3, 1939, pg. 448, in: Levi-Strauss, C., 1982:47).

As regras de proibição do incesto não podem ser vistas isoladamente mas como parte daquilo que estrutura o grupo . Integram-se ao sistema de trocas, ao sistema religioso, à práticas como a dos totens e à família. O aspecto de proibição portanto visto como negativo - diz o tipo de ligação que não é permitido - apresenta também um aspecto positivo como destaca Strauss, que é o de colocar para o grupo todas as relações que são possíveis em termos de troca.

O aspecto de norma que apresenta o tabu nos leva a pensar na estruturação mesma da moral no homem. Seu aspecto mais importante é o de representar a capacidade humana de simbolizar, aponta portanto para o inconsciente. Ele é a demonstração de um teorema. É a apropriação da distância pelo símbolo. Estrutura um universo, é a sua sintaxe. Pelo tabu do incesto ser universal é que podemos fazer dele um referencial. É a conjugação do espírito do homem, revelador da presença de um registro simbólico. O fato de alguns transgredirem esse tabu, e o fato de sabermos disso parece que nos afeta de maneira especialmente dramática. Algo tão diferente que aponta para o perigo da desestruturação. O objetivo desta tese é portanto promover uma reflexão sobre o horror ao incesto de tal modo que se dê prioridade ao aspecto constitucional para o qual aponta devido ao papel que o tabu do incesto representa na instauração da subjetividade no sujeito humano.

A existência do tabu não pode ser dissociada do aparecimento do aspecto moral no ser humano. É contemporânea a ela. O tabu não vai existir como uma reação moral a posteriori, a partir do início do funcionamento do aspecto moral. O tabu e a moralidade humana vêm da constituição de um registro simbólico. Podemos ver isto também através da Teoria Psicanalítica. Ela também diz que há um desconforto, um horror tão grande com a idéia de um sujeito excêntrico ao eu, à noção do inconsciente, comparável àquele sentido diante da idéia da transgressão do tabu do incesto. Esse horror seria da mesma ordem daquele, ou seja, ele é o efeito da súbita e fugidia percepção da "outra cena", daquela que realmente marca. Praticar o incesto, romper esta linha divisória, vai mexer com o próprio elemento humano. O humano no humano sente-se ameaçado por um momento.

Outras teorias enfatizam principalmente o aspecto clínico, dando uma direção normatizante à questão. A intenção des-

te trabalho foi justamente a de escapar da normatividade com que o enfoque clínico abordava as questões relativas ao incesto. Por este motivo escolhemos o modelo estruturalista com o qual foi possível abordar o problema através da sua constitucionalidade, ligando-o ao amarramento e estruturação da cultura, à estruturação do que é humano, daquilo que é inerente à sua alienação primitiva na ordem da linguagem. O horror ao incesto poderia muito bem ser tido como uma metáfora do desejo:

> (...) o incesto, embora proibido pela lei e pelos costumes, existe sendo mesmo, sem dúvida, muito mais freqüente do que levaria a supor a convenção coletiva do silêncio*. Explicar a universalidade teórica da regra pela universalidade do sentimento ou da tendência é abrir um novo problema, porque o fato admitido como universal não é tal de modo algum. Se quisermos então tratar as numerosas exceções como perversões ou anomalias será preciso definir em que consistem essas anomalias, no único plano no qual é possível invocá-las sem tautologia, isto é, o plano fisiológico, e isto seria sem dúvida tanto mais difícil quanto uma importante escola contemporânea tomou, em relação a esse problema, uma atitude totalmente contraditória à de Havelock Ellis e Westermarck. A Psicanálise descobre um fenômeno universal não na repulsão em face das relações incestuosas, mas, ao contrário, na procura delas".
>
> (Levi-Strauss, C., 1982:55).

* O grifo é nosso

CAPÍTULO I

HORROR E PSICANÁLISE

I- HORROR E PSICANÁLISE

"Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
trouxeste a chave?"
(Drummmond de Andrade, C. 1967:139).

Horror, repugnância, emoções que aparecem sempre que o sujeito defronta-se com o incesto. Horror que aparece na expressão do rosto, horror que faz matar de culpa, que oferece o dedo que aponta. Horror cheio de desejo. Horror diante do inominável, daquilo que assusta, que mancha e que polui (como indica a etimologia da palavra). Horror diante do incesto.

Esse horror aponta para o universo da norma, para a proibição, para a moral. Mas é a moral, que julga de acordo com determinados valores os comportamentos alheios e próprios e estabelece uma norma; é de moral, encarada deste modo que se vai falar aqui? O código moral explícito nas leis e nas regras, nos comentários e nas críticas, é, vamos dizer assim, um segundo momento de algo que constitui-se anteriormente. O horror ao incesto coloca-se quando entendido num nível estrutural, como condição de possibilidade para a diversidade de formas morais.

Este horror nos coloca diante de algo estranho, de uma sensação de desconforto que é a da ordem do indizível. Este indizível, estranho e familiar ao mesmo tempo, apresenta-se ao sujeito de forma tão arrebatadora que não é possível a ele escapar da emoção. Um horror que é familiar, próximo como a morte. Ele traz o silêncio e o espanto, colocando o sujeito diante do abismo do desconhecido, do que é improvável e impalpável. Abre

portanto, este horror, uma fenda por onde ameaça jorrar toda uma produção de incógnitas que trazem consigo a quebra de parâmetros, parâmetros através dos quais o sujeito habitualmente pode ordenar o seu mundo.

> "Conheço apenas o medo, é verdade, tanto medo que me sufoca, que me deixa de boca aberta, mas sem fôlego, como alguém que galga o ar; ou noutras alturas, deixo ouvir e fixo subitamente surda para o mundo. E também às vezes, quando estou deitada o medo volta a assaltar-me, o terror profundo do silêncio e do que poderá sair desse silêncio para me atingir e bata nas paredes de minhas têmporas, um grande, sufocante pavor. Eu então bato nas paredes, no chão para acabar com o silêncio. Bato, canto, assobio com persistência até mandar o medo embora".
>
> (Nin, A., 1984:45).

É esse medo, esse terror, que afasta as pessoas, que as deixa em silêncio, imersas em seu mundo particular, atadas a seu imaginário, vítimas de um constante risco. É esse mêdo que lhes consome toda a energia. Ele é uma marca forte, uma barreira que traz sempre perto a loucura e a morte.

> "No olhar daquele que apresenta o incesto há uma ruptura por onde a loucura sempre escoa". (Nin. A., 1984:39).

É feito da ameaça da morte, da auto-acusação, da solidão e da culpa. Do afastamento de todos e da criação de uma lei própria. É dele que surge o isolamento.

> "Sinto-me tão definitivamente só, mas tenho tanto medo que o isolamento seja violado e eu não seja mais o cérebro e a lei do meu universo."
>
> (Nin, A., 1984:44).

Enquanto nos ativermos somente ao aspecto vivenciado, este horror nos levará a pensar apenas a questão do código moral e as operações a ele relativas, portanto a questão dos valores. Mas isto nem sequer se refere à constituição do universo da regra. Esta moral, situada no registro do imaginário, ao nível do eu, não pode falar a não ser de algo como a imagem no espelho, algo que para ser apagado exige a presença da morte. Para se falar de moral no seu sentido estrutural deve-se levar em conta alguns conceitos, entre os quais os três registros apresentados por Lacan, a saber: simbólico, real e imaginário. É a partir da sua constituição entrecruzada que vai ser possível analisar o horror ao incesto, não como uma trama imaginária à qual se encontram presos determinados sujeitos; não somente a esse nível; mas como algo que aponta para a constituição da lei, ordenando assim o mundo. Também podemos dizer que é então que vem a cena a noção de eu, e além dela a presença de um sujeito que está além do eu: o sujeito do inconsciente.

O que é que queremos dizer quando falamos em constituição do universo da regra? Enquanto lei, a ordem precede ao indivíduo, precede a cada um de nós em seu aparecimento histórico. Poderíamos dizer que no plano diacrônico ela é anterior ao nascimento do sujeito histórico, assim como a linguagem é anterior ao nascimento de cada um de nós. No plano sincrônico ela, enquanto lei, constitui-se juntamente com o sujeito do inconsciente, sujeito da enunciação.

Ao nível da história individual a interdição é o terceiro elemento que se coloca para a relação mãe-filho e que es-

tabelece a moralidade como um significante para o sujeito. O seu significado vai variar de universo cultural para universo cultural; mas é a sua marca, de interdição como norma, que vai facultar ao sujeito a condição de reconhecer um outro e de estabelecer um eu. Mais do que isso, a lei fala do aparecimento de uma falta que se coloca entre, que apenas pode ser entre-vista, que é forma vazia, espaço de significação. É na dialética eu e outro que é possível falar da constituição do sujeito do inconsciente. A dialética eu/outro implica que para que eu exista, um outro que me confirme deva ser subsumido. É através de um movimento como o de báscula que é possível ao sujeito o reconhecimento de si através do desejo do outro. Este movimento é tornado possível a partir da interdição, da instauração da ordem, da palavra.

> "Penso no que se passa na cabeça dele no momento em que lhe falo. Esse esforço para chegar a um acordo constitui a comunicação própria à linguagem. Esse TU é tão fundamental que intervém antes da consciência (...) TU não é um sinal, mas uma referência ao outro, é ordem e amor".
>
> (Lacan, J.,1983:11).

Ordem e amor: o que era extremamente familiar como uma parte de si mesmo torna-se estranho; adquire uma estranheza cheia de familiaridade, própria de descontinuidade entre a cadeia significante e o significado; própria àquilo que era você e que agora já não é mais porque escapa constantemente. Modelo da história de todas as separações. A constituição do sujeito dá-se na intersubjetividade, no jogo. A sua entrada na ordem do simbólico, a possibilidade que tem de falar. Assim dá entrada na cultura, passando a sujeito assujeitado, já que incorporou en

tão todos os valores explícitos e implícitos nesta mesma cultura. Mais do que isto, ele se confunde com ela. É a partir deste efeito que se pode perscrutar o inconsciente. O sujeito agora vai ser capaz de falar o mundo e isto acontece porque foi a ele possível integrar num sistema lógico inconsciente as oposições aparentes e produzir-se como um sentido.

> "O que quer dizer o sentido? O sentido é que o ser humano não é senhor desta linguagem primordial e primitiva. Ele foi jogado aí, metido aí, ele está preso em sua engrenagem (...) É preciso maravilhar-nos com o paradoxo. O homem não é aqui senhor em sua casa. Há algo no qual ele se integra e que já reina por intermédio de suas combinações. A passagem do homem da ordem da natureza à ordem da cultura segue as mesmas combinações matemáticas que as que servirão para classificar e explicar".
>
> (Lacan, J., 1985:383).

É graças à palavra que o homem passa do concreto para o abstrato, inscreve-se como subjetividade. É a palavra que vai oferecer a mediação entre os dois espaços. Ela instaura o simbólico, inaugura o inconsciente, que como diz Lacan se estrutura como uma linguagem.

> "A linguagem simbólica, portanto, constitui um sistema extremamente complexo, dotado de uma estrutura lógica bem definida. É uma instituição humana que se superpõe ao mundo físico, organizando-o, ao invés de ser seu

> reflexo. O símbolo apresenta uma profunda diferença com as outras categorias de signos de tal modo que psicólogos e etnólogos concordam geralmente em reconhecer que o símbolo assinala a passagem do reino animal para o mundo propriamente humano.
>
> (Lépine, C., 1979:20).

A interdição vai falar de cultura e apontar para o amarramento de uma determinada estrutura, que constitui um sujeito: o sujeito do inconsciente. Ele é como o zero, que na ordem dos números conta como um, mas que em sí mesmo representa o nada. O que é então o sujeito?

> "O que é o sujeito?, na medida em que é, tecnicamente, no sentido freudiano do termo, o sujeito inconsciente, e daí, essencialmente o sujeito que fala.
>
> (Lacan, J., 1985:221).

A norma como constituinte do sujeito humano, apesar de ser a origem do sentimento de moralidade, de toda moral possível, não tem esta norma, um conteúdo qualquer. Ela é uma forma, uma forma que insiste e se repete. Esta forma, esta estrutura excêntrica ao sujeito é o inconsciente.

Podemos dizer que ele é da ordem do significante. Através da polissemia própria ao significante, da construção constante de significados, ele coloca-se como um a priori para o indivíduo. Aquilo que está presente através da ausência, a visão do vazio, é disto que queremos falar quando nos referimos ao inconsciente enquanto estrutura, como específico do ser humano.

> "Para aquém de um inconsciente mítico, ele (Lacan) vê o inconsciente, a princípio como o resto originário que tomba para sempre no intangível, quando desta alteração primeira da alienação na forma e na presença da linguagem. O inconsciente não é mais, então, alguma profundeza, mas sim esta superfície de face dupla, real do sujeito que só vem à luz sob a forma de suas formações simbólicas (..) O sujeito do inconsciente não conhece, efetivamente, outra sociedade que não a das palavras."
>
> (Ogilvie, B., 1988: 122-123).

Quem é esse? Esse eu que se ausenta, que se angustia sempre que se encontra face a face com o sujeito que não tem face alguma e tem todas elas, com esse descarado, pois ousa romper a segurança imaginada da lógica da coerência. Quem é esse sujeito, esse que sempre aparece mas que nunca se vê, e em que momento o seu surgir - sempre marcado pelo preenchimento que sua ausência dita -; pode assustar ao eu, deixá-lo horrorizado, terrificado como que diante de um fantasma? Mas afinal, um fantasma não é justamente o representante de alguém que está ausente? Aquele que quebra com a continuidade lógica da consciência, que surpreende, e que é condição de possibilidade para que o outro se reconheça, e até mesmo para que se conheça; na medida em que todo conhecimento implica, diríamos assim, em um certo reconhecimento. Reconhecimento porque dá-se só-depois, porque insiste e reaparece. Reconhecimento que implica num profundo desconhecimento, alienação primitiva, própria da constituição do sujeito na ordem da linguagem, na ordem do símbolo. Portanto, o que interessa no horror ao incesto é o seu falar da própria cons

tituição do sujeito. Aponta para uma universalidade, para o específico do humano feito de ordem e desejo. Aponta para o inconsciente.

Esta compreensão pretende falar da apreensão do inconsciente humano a partir da função simbólica, função da palabra. A proibição do incesto como marca na vida do indivíduo do nome-do-pai, da efetivação do interdito, daquilo que se coloca entre, porque barra, mas que é da ordem do que é dito, da palavra. É falado, articulado/articulando o sujeito do inconsciente.

No texto de Freud "O horror do incesto", em sua obra Totem e Tabu, ele vai usar a palavra horror como sinônimo de proibição. Vai se referir umas vezes ao horror do incesto e outras ao tabu do incesto, mas sempre para falar de proibição, de lei. A lei como marca da castração. A lei instaura a ordem, a ordem do significante. Ela marca o corte entre um utópico estado de natureza e o de cultura. A lei faz o homem enquanto tal. Freud vai falar de uma instância psíquica: o Supereu, instituindo-se como representante da lei, sendo inclusive a marca final da estruturação do sujeito. Para lá dessa estruturação só o real, a loucura e a morte. É o estado inatingível de natureza. A utopia irrealizável.

> "Serei certamente levado a examinar a questão do supereu. Direi logo que, senão nos limitamos a um uso cego, mítico, desse termo, à palavra-chave, ídolo, o supereu se situa essencialmente no plano simbólico da palavra, à diferença do ideal de eu.
>
> O supereu é um imperativo. Como indicam o bom senso e o uso que dele se faz, é coerente com o registro e a noção da lei, quer

> dizer, com o conjunto do sistema da linguagem, na medida que define a situação do homem enquanto tal, quer dizer, enquanto não é somente indivíduo biológico. Por outro lado, é preciso acentuar também, e ao contrário, o seu caráter insensato, cego, de puro imperativo, de simples tirania. Em que direção podemos nós fazer a síntese destas noções?
> (Lacan, J., 1983: 123).

Deixemos esta questão para ser abordada um pouco mais adiante. Vamos tomar uma via aproximativa que é aquela adotada por Freud em seu "O eu e o isso" (Das Ich Und Das Es) de 1923. É lá que ele vai retomar questões apenas esboçadas anteriormente tais como as noções de supereu (Uber-Ich) e ideal de eu (ideal-Ich): que aqui aparecem como indistintas ; e também a questão da pulsão de morte e sua relação com a repetição.

Partindo do ideal de eu, termo empregado pela primeira vez em "Introdução ao Narcisismo", podemos começar a trabalhar a noção de simbólico. Em Lacan compreendemos o ideal de eu como o primeiro locus onde a subjetividade se instaura no ser humano. Através dele, imaginariamente, o simbólico constitui-se no humano. Imaginariamente porque é através da imagem, da imagem no espelho que este movimento é tornado possível. O momento da identificação com a própria imagem antecipa alguma coisa para o sujeito: a integração de seu corpo. Esta imagem refletida torna-se então o seu ideal. Ela dá uma idéia de algo que ainda não pode ser experimentado à nível proprioceptivo.

À criação deste ideal através da imagem pode-se associar o aparecimento da função simbólica. O ato de simbolizar encontra-se aí presente antes mesmo de a criança estar ativa no uso da linguagem. Através da imagem antecipadora e de sua iden-

tificação com ela pela criança, é possível ver acontecer um movimento de significação que é a base, ou a matriz como Lacan o chama, da subjetividade humana.

> "Assim, o primeiro símbolo ao qual o ser humano alcança é a imagem, a forma do seu corpo na qual ele se precipita, como sujeito e como EU, de início já as duas coisas ao mesmo tempo".
>
> (Attié, J.; 1987:27).

A questão do imaginário traz de volta a palavra GESTALT por um instante. É necessário referir-se aqui o imaginário à sexualidade. Entre os animais basta que uma determinada conformação visual se apresente, para que se desencadeie todo um ciclo sexual no parceiro de sexo oposto. Parece que a imagem vai entrar ponto a ponto em relação com um genótipo e provocar tais reações. Elas apresentam-se ao nível fisiológico e também ao do fenótipo. Nos mostra a Etologia que para determinadas espécies a maturação sexual está relativa a uma certa forma estruturada ou gestalt. É preciso que um outro desencadeie no primeiro indivíduo todo o processo; nem que o outro em questão seja ele mesmo relfetido num espelho (vide experiências de Lorenz e Etologistas). Mesmo entre os animais pode haver um certo deslocamento dentro deste processo, as coisas não funcionam sómente como um relógio. Se ocorre alguma interferência no processo de maturação das gônodas sexuais, pode haver algum deslocamento da suposta fixidez que seria relativa ao caráter instintivo da sexualidade animal. Ele é instintivo mas requer alguma contextualização para que ocorra. O instinto não funciona como mágica. Não basta um determinado número de dias (em termos de maturação sexual) para que determinado comportamento se apresente. É preci-

também a ocasião.

No caso do imaginário humano, o outro vai estar presente através de uma certa expressão de significação. Esta expressão, num primeiro momento, é relativa ao próprio corpo. É o próprio corpo experimentado como uno que é representado no rosto, no olhar e no tom de voz da figura materna.

> "O olhar não se situa simplesmente ao nível dos olhos. Os olhos podem muito bem não aparecer, estar mascarados. O olhar não é forçosamente a face do nosso semelhante, mas também a janela atrás da qual supomos que ele nos espia. É um X, o objeto diante do qual o sujeito se torna objeto".
>
> (Lacan, J., 1983:251).

É assim, se tornando objeto aos lhos do outro que pode aparecer o sujeito como significante pela primeira vez. É uma experiência de integração num momento em que a criança é ainda neurologicamente imatura para a percepção que é antecipada pelo olhar. Esta experiência, seja ela vivida no espelho ou no espelho dos olhos do outro funciona como desencadeadora de algo que é a noção do eu.

Mas mais ainda do que a integração do corpo na imagem dos olhos da mãe, no seu semblante, a criança pode se perceber aí como desejo. Ela é desejada e é desejo de que o outro a deseje. Cria-se a demanda, mas a demanda remete à falta. Pode-se falar aqui da instauração do simbólico como falta. Falta que a nível do imaginário não existe, pois o que existe aí é a completude ilusória da miragem. Esta falta cria um buraco que vai aparecer aqui e ali, deixando o sujeito da certeza perante a ignorância. Podemos ver a dialética eu/outro amarrando esta teia en -

tre simbólico e imaginário.

> "Eu me resumo. À projeção da imagem, sucede constantemente a do desejo. Correlativamente, há re-introjeção da imagem e re-introjeção do desejo. Jogo de báscula, jogo em espelho. Evidentemente, essa articulação não se produz uma única vez. Ela se repete. E, ao longo desse ciclo seus desejos são reintegrados, reassumidos pela criança.
> Enfatizarei agora a maneira pela qual o plano simbólico se liga ao plano imaginário. Com efeito, como vocês vêem, os desejos da criança passam inicialmente pelo outro especular. É aí que são aprovados ou reprovados, aceitos ou recusados. E é por aí que a criança faz o aprendizado da ordem simbólica e acede ao seu fundamento, que é a lei".
> (Lacan, J., 1983:203).

Pensamos em um tear. Existem dois elementos básicos que o estruturam: a urdidura e as linhas. A urdidura é como uma estrutura vazia, sem nenhum significado pré-determinado. É só uma forma mas contém todas as possibilidades. A cada linha que é atravessada em suas malhas apresenta-se uma nova conformação e o conjunto também vai sofrendo modificações. A estrutura ou urdidura é significada a cada nova linha. Ao passo que todo o trabalho vai ficando pronto, o que fica mais evidente é a forma que apresentam as linhas; o seu desenho. A urdidura fica oculta, não-aparente, apenas estruturando o trabalho visto. Ela é uma presença de certo modo ausente. Se houvesse um tecido que nunca acabasse de ser tecido esta analogia ficaria mais própria.

A estrutura da língua oferece-se para que cada um se coloque em suas malhas. Ela apresenta todas as possibilidades ao sujeito. Este nada pode fora dela, estando por isso mesmo a ela assujeitado. A cada linha o seu trabalho continua, a cada palavra, a cada frase. Mas o primeiro momento, aquele onde ocorre a conjugação de urdidura e linhas, quando o trabalho todo ganha corpo, é justamente, no caso do humano, o tomar a própria imagem como símbolo. Entrelaçam-se aí real, imaginário e simbólico.

É como um nó. A mãe, ou quem estiver ocupando o seu lugar enquanto posição na estrutura, é que como parte desta mesma estrutura pode oferecer a possibilidade de significação ao acontecimento do espelho. A sua presença é importante enquanto amor. Mas a sua ausência é fundamental. É da sua ausência que vai ser possível ao indivíduo a simbolização. A subjetividade vai inscrever-se por aí. É de símbolo, de significante, de lei que estamos aqui falando. A ausência da mãe, a sua falta como lugar na estrutura em que o sujeito está se constituindo, promove a sua própria instauração como sujeito. A sua falta, a falta de sua presença indica, aponta para o desejo. O desejo da mãe é agora; agora que ela falta; alguma coisa de desconhecido. Isso que é desconhecido é o nome-do-pai, é o terceiro elemento da estrutura que vai compô-la enquanto tal. O amarramento do nó que une o real ao simbólico e ao imaginário é dado pela ignorância, é por ela marcado. Ela, a ignorância, tal como a negação, a partícula negativa, criam um vão por onde escoa este sujeito: o sujeito da enunciação.

Já é de simbólico que estamos falando, de ordem e de lei. É de uma estrutura que se trata, e, assim como o tear, ela só pode significar quando armada. Os elementos não fazem sentido por si mesmos. Devem se articular para serem articulados pela cadeia na qual se colocam. Está assim instaurada a dialética

do desejo humano. Ela é toda dada neste momento de significação onde a criança encontra na forma, na forma de seu corpo refletido, o próprio significante.

> "O desejo é, no sujeito humano, realizado no outro, pelo outro - no outro, como vocês dizem. Está aí o segundo tempo, o tempo especular, o momento em que o sujeito integrou a forma do eu. Mas só pode integrá-la após um primeiro jogo de báscula em que se trocou justamente o seu eu por esse desejo que vê no outro. Desde então o desejo do outro, que é o desejo do homem, entra na mediatização da linguagem. É no outro, pelo outro, que o desejo é nomeado. Entra na relação simbólica do eu e do tu, numa relação de reconhecimento recíproco e de transcendência, na ordem e na lei já inteiramente pronta para incluir a história de cada indivíduo".
>
> (Lacan, J., 1983:206).

Sabe-se que o sujeito do inconsciente é relativo ao simbólico e é constituído pela palavra. A palavra como representante, como signo, como nó articulador da significação. Esta propriedade da palavra, a de representar, de ser uma forma vazia que se apresenta como espaço para que a significação se possa fazer; é esta propriedade que vai surgir no momento de antecipação descrito no espelho. Quando a criança compreende no outro especular a inteireza que lhe falta, quando percebe isso; a imagem funciona para ela como um símbolo. O símbolo de algo ainda não presente mas que é desejado pelo poder que encerra. Apresenta-se aí alguma possibilidade de domínio sobre o mundo e isto é

poder. A partir desta primeira simbolização a base está colocada, e apesar de o sujeito estar ainda imaginariamente se constituindo, a sua característica mais fundamental - de ser construído por signos, aconteceu.

O ideal de eu aí surgido como imagem buscada de perfeição, como ideal a ser alcançado, é imagem mas é também símbolo. Sendo como é, a antecipação de algo sómente entrevisto (entre a imagem percebida e aquele que percebe), este ideal é representação e funciona como símbolo. Apresenta-se como lei, como norma. Apresenta o simbólico. O aparecimento do sujeito da enunciação antes mesmo de o indivíduo ser capaz de usar a linguagem na qual se banha faz-se por um ato de significação puro, ato este que está no entrelaçamento dos registros do real com o simbólico e o imaginário. Constituem-se simultaneamente, o eu e o sujeito do inconsciente, mas não são o mesmo, sendo que um é condição de possibilidade para o outro.

Mas qual pode ser a relação entre o eu e o ideal de eu? E mais, entre o ideal de eu e o supereu? Estes dois últimos se diferenciam por serem um a representação de um ideal a ser seguido, e o outro uma instância moral relativa à interdição. A noção de simbólico acaba um pouco com a questão do predomínio de qualquer destas partes. Coloca-se como uma opção à noção maniqueísta, já que é estruturado de tal modo que representa por um lado a ordem, a interdição, o caráter de norma, estando estas mais comumente associadas à noção de supereu. Por outro lado, a constituição de um eu, e a partir daí de um ideal de eu, aponta para o aparecimento da simbolização que é constituinte do homem. É a noção de simbólico e a sua articulação com o registro do imaginário que vão tornar a questão da prioridade do supereu como instância sobre o ideal de eu, secundária.

Mas podemos ir adiante. Há um outro momento que este em que a criança se encontra no olhar da mãe no espelho, momen-

to que poderíamos chamar com Freud de narcisismo. Há um outro momento. Agora, a criança começa a usar os primeiros fonemas, e opondo-os dois a dois, como num jogo, vai se constituindo como sujeito na linguagem. Lacan chama a este momento de inseminação do simbólico. Aqui o sujeito deixa de apenas ser falado, e fala. Ele está assujeitado à cadeia significante, foi para sempre barrado. Aparece somente por seus efeitos, enquanto produto. Este momento é apontado por Freud quando fala do jogo da criança com o carretel. Ela o joga até que desapareça. Depois, tomada de grande alegria (isto é importante) faz com que reapareça. Freud diz que o que ela faz desaparecer e voltar a aparecer é a mãe. Mas acontece que ao mesmo tempo em que jogava e trazia de volta o carretel experimentava os rudimentos de duas palavras: FORT e DA. Lacan diz que poderiam ser restritas aos fonemas -o- e -a-.

> "Integração diacrônica (anunciada no sujeito com o uso inicial de um par de oposições) da dicotomia dos fonemas - isso quer dizer simplesmente que é a porta de entrada no que já existe, os fonemas compondo uma língua - cuja linguagem existente oferece a estrutura sincrônica à sua assimilação".
>
> (Lacan, J., 1983:201).

O que queremos ressaltar aqui é que a enunciação destes fonemas em tal contexto pode trazer a questão do simbólico novamente. A criança está representando algo que está ausente. E mais do que isto. É por ela já poder articular-se assim que é possível a ela também sentir algo como um certo poder, uma possibilidade de independência. Se pensarmos naquele momento em que a criança magnetiza-se no olhar da mãe veremos que agora e-

la possui os dois significantes: o dela e o da mãe, o pequeno outro. Pode abstraí-la e é isso que faz possível o jogo do FORT - DA.

Com a experiência da confirmação no espelho, no olhar da mãe, a criança coloca-se presa a uma imagem, como que atada a ela. Tudo deve confirmar-se repetidamente e mais uma vez lá. A criança que joga o carretel apresenta uma alegria que é da ordem da restituição da vida, que agora opõe-se à morte daquele que se encontra preso à miragem; Narciso aprisionado por seu próprio reflexo. A alegria da criança é maior, é júbilo. Ela domina o mundo.

É também a partir do espelho que se pode falar em pulsão de morte, e isto é importante. O mergulho que a criança dá numa forma, mesmerizado, tornando mesmo pela identificação do olhar, essa coisa: o narcisismo. É a morte que está presente quando Narciso jaz preso à sua própria imagem refletida. Pulsão de morte e masoquismo, masoquismo primordial. O masoquismo primordial é constitutivo, vincula-se à pulsão de morte e é diferente de masoquismo como perversão.

> "É na medida em que o símbolo permite essa inversão, quer dizer, anula a coisa existente, que ele abre o mundo da negatividade, o qual constitui, ao mesmo tempo, o discurso do sujeito e a realidade do seu mundo enquanto humano.
>
> O masoquismo primordial deve ser situado em torno dessa primeira negativização, desse assassínio enigmático da coisa".
>
> (Lacan, J., 1983:201).

Se a experiência da morte está ligada às separações , desde as primeiras como o nascimento e o desmame, ao assassínio originário da coisa; então a pulsão de morte, a repetição, pode apresentar um caráter libertador. Ela não expressa uma tendência auto-destrutiva. Esta é uma visão muito simplista da pulsão de morte e é por este motivo que sua conceituação permaneceu obscura para os psicanalistas durante tanto tempo. Caso voltemos ainda uma vez ao jogo de ocultação que a criança faz com o carretel, poderemos ilustrar o caráter libertador que queremos associar à pulsão de morte. Vemos que este jogo, como a repetição - referindo-se esta à cadeia significante, que insiste e se repete -, como o acesso do indivíduo à linguagem, à ordem simbólica (expressa pelo FORT-DA); pode colocá-lo numa relação diferente com a separação. Aqui é o símbolo que faz a mediação, que representa o que foi perdido para ele, e que ao mesmo tempo que constitui o objeto constitui o sujeito. Assim é possível à criança alcançar um certo domínio sobre a coisa perdida:

> "Estamos, pois, num tempo absolutamente inaugural, neste jogo de presença e ausência do qual a criança é o próprio agente".
> (Attié, J., 1987:56).

Freud diz que este jogo é um ato de sublimação para falar do que ocorre neste momento. Como sabemos ele vai associar a sublimação principalmente à atividade artística e à investigação intelectual. É pois sobre o aspecto mediação, subjetivação que o acento deve ser colocado. É à ordem simbólica portanto que Freud quer se referir quando fala de pulsão de morte. É desta forma sem conteúdo, que não está presente, e que de lá de sua ausência insiste em ser que se trata.

UNIVERSIDADE CATÓLICA

Seguindo um pouco mais o caminho apontado por Freud em "O eu e o isso" não poderemos falar de pulsão de morte sem aludir ao princípio do prazer. Existe alguma contradição entre estes? Para esta análise vamos trazer a leitura que Lacan faz de "Além do princípio do prazer". A sua definição de princípio do prazer é simples: ele diz que princípio do prazer é o princípio do menor prazer. O sujeito humano repetiria sempre as mesmas experiências e essas são aquelas que lhe deram um pouco de prazer. O objetivo é econômico: reduzir ao mínimo a tensão, voltar atrás pela repetição, até aquele momento mágico e lá permanecer. Isto leva Lacan a usar uma expressão baseada em Kirkegaard onde este diz que o ser humano vai procurar a sua felicidade na sombra do seu prazer. Mas o que é esta tendência à repetição? Freud fala de um tempo em que em Psicanálise era preciso sómente interpretar para alcançar algum êxito. Ela chama a isto de idade de ouro da Psicanálise. Num segundo momento já não bastava únicamente a interpretação pois parecia então que o sujeito não queria compreender, ele resistia. Daí em diante vai ficar claro para Freud que a cura psicanalítica deve então buscar a resistência e interpretá-la. É justamente isso que se repete e que aparece como real na análise, interferindo no processo, que faz Freud formular a questão da pulsão de morte.

> "Freud distingue duas estruturações da experiência humana absolutamente diferentes - a que, com Kirkegaard denominárei antiga, a da reminiscência, que supõe um acordo, uma harmonia entre o homem e o mundo de seus objetos, que faz com que ele os reconheça, porque de certa maneira, ele os conhece desde sempre - e, pelo contrário, a conquista, a estruturação do mundo num esforço de traba -

> lho, por via da repetição. Na medida em que o que se apresenta a ele só coincide parcialmente com aquilo que já lhe proporcionou satisfação, o sujeito se põe em busca, e repete indefinidamente sua procura até reencontrar este objeto.
>
> O objeto se encontra e se estrutura por via de uma repetição - reencontrar o objeto, repetir o objeto. Só que, nunca é o mesmo objeto que o sujeito encontra. Em outras palavras, ele não pára de engendrar "objetos substitutivos".
>
> (Lacan, J., 1985:132).

O objeto real, este perdeu para sempre a sua existência, ou melhor, ele nunca existiu a não ser como real. A partir do fato do sujeito constituir-se na linguagem a constituição do objeto vai ser sempre precária e portanto passível de reconstrução, de re-significação. Apesar disso o sujeito vai sempre buscar aquilo que irremediavelmente perdeu quando de sua alienação primitiva na ordem da linguagem. Em termos econômicos esta busca constante de equilíbrio apresenta por outro lado uma tendência restitutiva, como a chama Lacan. Ela vai produzir a energia mínima, equilibrar-se com a sua antagonista evitando assim o apagamento total do sistema. A aspiração ao nirvana, o sonho de universalização como tendência do orgânico ao estado inorgânico, permanece sendo só uma aspiração, graças ao trabalho da tendência restitutiva. Ela mantém um quantum mínimo de energia no sistema. Estas duas tendências não estão em contradição, mas aproximam-se pelo fato de que as duas tentam levar a vida a um estado de equilíbrio energético que é da ordem do menor prazer, da imperturbalidade. A pulsão de morte é portanto alguma coisa

da qual Freud não pode escapar, está aí: é vida. Vida que tende à morte mas por assim dizer, por seus próprios meios, pela sua natureza constitutiva mesmo.

O que é então que está além do princípio do prazer? Essa coisa que se repete e que se impõe, que é excêntrica ao sujeito é a ordem, a cadeia significante. Aí, vamos encontrar de novo o sujeito da enunciação, o inconsciente e também o horror. Deparamo-nos com o inconsciente estruturado como uma linguagem, que na fórmula de Lacan é o discurso do outro. Vejamos o que ele nos diz a respeito:

> "Este discurso do outro, não é o discurso do outro abstrato, do outro da díade, do duplo, do meu correspondente nem mesmo simplesmente do meu escravo; este discurso é o discurso do circuito no qual eu sou integrado. Sou dele um elo. É o discurso do meu pai, por exemplo, enquanto meu pai fez erros que eu estou absolutamente condenado a reproduzir. É o que se chama de Supereu. Sou condenado a reproduzir este discurso porque devo retomar o que me foi legado. Não somente porque sou o filho do meu pai, como também porque não se pode parar o discurso e que eu sou justamente encarregado de transmiti-lo, este discurso, mesmo na sua forma aberrante, por outrem. Tenho de colocar para outrem o problema de uma situação vital na qual ele tem toda chance de tropeçar também. De tal forma que este discurso faz um pequeno circuito no qual se encontra presa toda uma família, todo um grupo, toda uma facção, toda uma nação ou a me-

> tade do globo. Forma circular de uma palavra que se encontra exatamente no limite do sentido e do não sentido. Este é o discurso no qual eu sou integrado e que sou condenado a retomar por conta própria".
>
> (Lacan, J. in: Attié, J., 1978:59-60).

É a isto que Édipo se refere, quando diz em "Édipo em Colona": será que é no momento em que não sou nada é que me torno um homem? Lacan diz que é aí que começa o para além do princípio do prazer. É aí, no momento em que Édipo cumpriu o seu destino, em que viveu a palavra que foi dita, em que cumpriu o oráculo, que se pode colocar como humano. É aí, preso a este destino que lhe foi traçado pelas palavras do outro que ele se hominizou. É dentro da ordem simbólica que encontra-se o destino do homem. Sua vida e sua morte estão aí.

O horror sentido diante do incesto está apontando na direção de um impossível mas ameaçador afastamento do homem da ordem do símbolo. Ele acena com a desestruturação do sujeito e portanto com a sua desarticulação enquanto humano ser que é. Quebrar o tabu do incesto pode significar pois, mexer com as suas entranhas, com as entranhas daquele que nada pode diante do desejo inconsciente.

CAPÍTULO II

HORROR E ANTROPOLOGIA

II- HORROR E ANTROPOLOGIA

O incesto tem um valor de tabu. Talvez por aí se possa chegar a algum lugar. Segundo a Antropologia o tabu é estruturante no que diz respeito à constituição de uma sociedade. O tabu é mais do que uma lei. Ele é a marca a partir da qual é possível se ter a estruturação de todo o universo simbólico. Se for lei, é a lei que instaura este universo partindo do qual as leis no seu sentido ordinário vão ser escritas. O tabu é portanto constituinte, tem um sentido formador. É através das proibições que se vai determinar também o que é permitido. Apresenta o tabu um duplo aspecto. Aponta para interdição e para o desejo. É moeda de duas faces, pois quando marca a impossibilidade de consecução por um lado abre a porta do desejo por outro. O tabu para a Antropologia apresenta-se também com este duplo aspecto, de tal modo que em seu sentido negativo de proibição indica que relações entre parentes devem ser evitadas, não são possíveis; e em seu aspecto positivo abre todo o leque de possibilidades de estabelecimento de alianças, dispõe as mulheres que estão livres para a troca matrimonial.

> "A proibição do incesto atribui portanto ao sujeito um lugar num sistema de relações".
> (Lépine, C., 1979:24).

Aponta portanto para a mesma questão abordada pela Psicanálise, fala ao mesmo tempo o tabu, de interdição e de desejo. Fala da falta que constitui o desejo como tal e o sujeito desejante.

Outra questão importante é a de caráter de universalidade que apresenta o tabu do incesto. Entre todas as culturas que até hoje a Antropologia teve acesso, a proibição de alguma

união na rede de parentesco é unânime. Não importa saber sobre qual relação ela vai recair, a proibição vai sempre estar presente. A partir deste ponto Lévi-Strauss vai concluir o caráter de lei da proibição, e propor que é justamente ela - a proibição - que vai marcar a passagem do estado de natureza para o de cultura. Isto significa dizer que o homem com a marca do que o distingue dos animais, com a marca da sua humanidade - define-se por uma proibição. É ela que vai marcar a passagem do estado de indefinição, do caos inicial, do que se chamou de estado de natureza, para o de ordem, organização social que caracteriza o estado de cultura no qual o homem define-se enquanto tal.

> "Estabeleçamos pois, que tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular. Encontramo-nos assim em face de um fato, ou antes de um conjunto de fatos, que não está longe, à luz das definições precedentes, de aparecer como um escândalo, a saber, este conjunto complexo de crenças, costumes, estipulações e instituições que designamos sumariamente pelo nome de proibição do incesto. Porque a proibição do incesto apresenta, sem o menor equívoco e indissoluvelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade. Não

> há praticamente necessidade de demonstrar que a proibição do incesto constitui uma regra".
> (Levi-Strauss, C., 1982:47).

Daí venho propor então uma análise estrutural do fenômeno - horror ao incesto - pois é através dela que é possível escapar de uma mera análise da moral e dos costumes para se chegar a um nível onde se encontre algum invariante. Tomamos deste modo a concepção estruturalista como método de compreensão do fenômeno analisado.

> "É provável que não haja muito mais do que isto na abordagem estruturalista; é a busca de invariantes ou elementos invariantes entre diferenças superficiais".
> (Levi-Strauss, C., 1978:20)

Existem muitas diferenças entre as várias culturas, e mesmo entre as culturas urbanas dentro de um mesmo país. Mas é verdade que apesar dessas diferenças superficiais tem-se como pano de fundo um elemento que é invariante em todas as culturas que até hoje se teve acesso, e este é justamente o da proibição do incesto.

Na família, no governo da nação, nas leis, a condenação do incesto está presente. Mas é de lei, aquela que é constituinte do plasma social que queremos falar. Falar de lei neste sentido é falar de diferenciação. Do caos a ordem. O ser humano em sua história individual passa pelo mesmo caminho que em termos coletivos, ou seja, para que se insira na estrutura social ele tem que reconhecer o espaço que o distingue como um outro. Um outro num espaço onde existem uns.

O próprio Freud quando em "Totem e Tabu" define o seu

interesse pelo caráter de norma instituinte do tabu (e mais adiante voltaremos a isso), o faz no duplo sentido de analisar a constituição do sujeito e da cultura. Poderíamos dizer que o que lhe interessa marcar a partir do duplo sentido de sua análise é o fato de que existe algo que pode ser subsumido pela estrutura edípica. Este algo é o inconsciente, é o sujeito da enunciação que vai constituir o humano como tal. Ele está presente aí. Presente enquanto estrutura ausente, enquanto forma vazia que ordena não intencionalmente o mundo humano, um mundo constituído no significante.

Se existe um horror diante do incesto tão forte quando o que existe não é simplesmente pelo fato de que ele representa uma quebra dos padrões da moral vigente. Ele, o horror, é mais do que isto. Se a proibição do incesto tem um significado tão forte na constituição do cultural e do individual é mais provável que sejam estes os níveis a exercer influências do que simplesmente sejam afetados por algum tipo de julgamento moral. É da própria constituição de uma moral que se trata. A constituição do universo moral pode-se dizer que está identificada com a passagem do estado de natureza para o de cultura. Que é da mesma ordem - o universo moral - que toda espécie de significação.

O caráter de regra da proibição do incesto fica também evidente quando Strauss diz que ele marca a passagem de um estado onde não há organização, ou seja, há caos, para um que é definido justamente pelo caráter de ordem, de organização. Deste modo pode-se retomar a questão do simbólico:

> "Sob o aspecto subjetivo e moral da proibição do incesto a função simbólica introduz a criança no mundo adulto da cultura, o mundo da troca; no plano coletivo, ela instaura o sistema de circulação das mulheres e os siste -

> mas de parentesco pelos quais as sociedades humanas estabelecem o universo da regra, opondo-se ao reino da natureza regida pela universalidade da lei".
>
> (Lépine, C., 1979:9-10).

Pelo fato do que se chama estado de cultura confundir se com o aparecimento da função simbólica, Strauss vai dizer que é impossível se encontrar um tempo onde o homem estivesse num estado de natureza. Este seria certamente um outro ser e não o homem. Seria anterior à sua hominização-humanização. Não é possível falar dessa passagem do conreto - representado pela natureza - para o abstrato - representado pela cultura, sem aludir ao papel da linguagem como constituinte do simbólico. É graças à palavra, como nos diz Lépine, que o homem passa do concreto para o abstrato. É a palavra que vai oferecer a mediação entre os dois espaços. Ela instaura o simbólico. Por causa dela pode-se falar de algo que não está presente; ela é o representante do que está ausente. Ora, sómente o ser humano entre todas as outras espécies sobre o planeta, constrói-se deste modo, ou seja, representa uma realidade que lhe escapa usando símbolos. Constrói-se com eles.

> "A linguagem simbólica, portanto constitui um sistema extremamente complexo, dotado de uma estrutura lógica bem definida. É uma instituição humana que se superpõe ao mundo físico, organizando-o, ao invés de ser o seu reflexo. O símbolo apresenta uma profunda diferença com as outras categorias de signos, de tal modo que psicólogos e etnólogos concordam geralmente em reconhecer que o símbolo

> assinala a passagem do reino animal para o mundo propriamente humano".
>
> (Lépine, C., 1979:20).

Não se pode portanto ter exemplos do homem naquele estado de natureza pré-cultural, nem mesmo no caso dos meninos-lobos. Como a significação acontece a posteriori, tais crianças quando aprendem a falar de sua experiência falam-na, ou seja, colocam-se dentro da ordem da cultura e não fora dela. Vejamos o que Strauss nos pode dizer:

> "É possível esperar ver um animal doméstico, por exemplo, um gato, um cachorro ou uma ave de galinheiro, quando se acha perdido ou isolado, voltar ao comportamento natural que era o da espécie antes da intervenção exterior da domesticação; mas nada de semelhante pode se produzir com o homem, porque no caso deste último não existe comportamento natural da espécie ao qual o indivíduo isolado possa voltar mediante regressão".
>
> (Levi-Strauss, C., 1982:43).

Ou seja, o que a espécie humana tem de natural é justamente o seu artificialismo. O ser humano constrói-se através de símbolos, ele aparece na brecha da linguagem. Para ele a relatividade impõe-se como regra. Para o animal não. Para ele, natural é algo que ocorre dentro de um certo caráter fixo que pode até ser modificado, mas que tenderá sempre se for deixado por seus próprios meios, a uma volta ao padrão instintivo original. Isto só é imaginariamente possível com o homem. Esta capa-

cidade que o animal tem de funcionar conforme o mundo está em oposição com a inconformidade que o homem apresenta ao se colocar como ser no mundo, re-significando-se sempre ainda uma vez mais.

Ainda em "As Estruturas Elementares do Parentesco", Strauss vai nos dizer que se procurarmos a passagem do estado de natureza para o estado de cultura entre os animais que constituem sociedade como é o caso das abelhas, por exemplo, não se vê aí a possibilidade de uma resposta pois estes animais continuam repetindo padrões fixos de comportamento. Procura então a sua resposta entre os antropóides, mas de novo não encontra aí qualquer possibilidade de falar de uma organização que pudesse conter os vestígios de um estado pré-cultural que marcasse a passagem entre os dois registros, natureza e cultura. Se figurássemos esta procura como que a procura do elo perdido e esta envolvesse pesquisas de todas as espécies que constituem sociedades, ainda assim não se chegaria a nada. O elo perdido é justamente o homem. O ponto de passagem está marcado pela constituição do simbólico no homem. Nem a inteligência é um paradigma para se falar desta diferença, pois ela encontra-se igualmente bem desenvolvida entre muitas espécies animais. Mas há um plano no qual o homem se destaca e apresenta o que é específico de sua constituição. Este plano é o da linguagem. Nos diz Lépine que para compreender o homem e situá-lo o que importa é concentrar-se sobre a linguagem. Diz ele que deve se precisar no plano da linguagem o que diferencia o homem do animal.

No plano coletivo, é no conjunto de regras e instituições que define a proibição do incesto, que vai ser possível articular estas duas ordens - natureza e cultura, Um aspecto é importante ressaltar: as regras da proibição do incesto, como já foi dito anteriormente contém ao mesmo tempo e contraditoriamente elementos que apresentam o caráter de natureza quais se-

jam a universalidade e a espontaneidade; e elementos que marcam o estado de cultura: ordem, norma, relatividade. Seriam portanto as regras de proibição do incesto que articulariam, à moda de uma dobradiça, os dois registros: natureza e cultura.

A questão da distinção entre natureza e cultura torna se portanto apenas metodológica quando se considera que só é possível falar de natureza dentro do registro do simbólico. É a partir da palavra que a natureza é dita, não se pode estar numa intimidade com ela assim como o animal. Entre nós e ela vai sempre estar o símbolo como mediador e construtor da realidade.

O inconsciente como uma estrutura universal pode ser, em termos coletivos, apreendido através das estruturas elementares de parentesco na definição de Strauss. Elas revelam, assim como as complexas, a estruturação do mundo através da linguagem, do significante. A oposição metodológica natureza X cultura, assim o é, apenas metodológica, porque serve apenas para apontar a questão de que antes da instauração da regra, do tabu do incesto entendido no sentido Straussiano instaurar a comunidade humana enquanto tal, o que havia era algo da ordem da natureza, real puro, qualquer coisa perdida para sempre, inominável, já que é utopicamente anterior ao significante. Falar deste lugar (natureza) é utópico porque a partir do momento em que apareceu um significante apareceram todos. O mundo foi apreendido pelo significante de uma só vez. O mundo constitui-se portanto de uma só vez, já que dele não se pode falar a não ser a partir do significante.

> "O sentido não se decreta, ele não está em lugar algum se não estiver em todo lugar".
> (Lévi-Strauss, C., 1980:167).

Voltemos agora ao capítulo "O Horror ao Incesto" do

texto Totem e Tabu escrito por Freud em 1913. Diz ele que mesmo nas tribos mais primitivas, cuja moral não apresenta semelhança com a nossa, há sempre algum tipo de proibição de incesto presente. Freud diz que esta é forte e que toda organização social parece servir ao intuito de colocar em prática a evitação de certas relações consideradas incestuosas. Segundo o seu raciocínio antropológico seria o totem uma dessas práticas. Segue-se então a sua apresentação e a análise de várias características as quais ilustra com exemplos, definindo a sua função. Afirma que:

> "O caráter totêmico é inerente, não apenas a algum animal ou entidade individual, mas a todos os indivíduos de uma determinada classe".
>
> (Freud. S., 1913:21).

Com isso, coloca o totem como sendo o signo que define as famílias em tais sistemas de parentesco. É pelo totem comum que duas pessoas são aparentadas e não pela consangüinidade.

Chega então à característica do totem que atrai o interesse psicanalítico:

> "Em quase todos os lugares em que encontramos totens, encontramos também uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, conseqüentemente, contra o seu casamento. Trata-se então da "exogamia", uma instituição relacionada com o totemismo".
>
> (Freud, S., 1913:23).

Ou seja, Freud vai enfatizar a função de proibição , função que tem como consequência a permissão para o casamento com certos outros totens - exogamia, como a marca mais fundamental representada pelo totem. É através da distinção entre vários totens que vai ficar organizada uma estrutura mínima de parentesco, através da qual o sujeito vai saber o que é permitido e o que é proibido em termos de possibilidades de casamento. Esta proibição portanto estaria na base de toda estrutura social.

Depois de passar por algumas teorias de como o parentesco pelo totem substituir-se ao sistema de parentesco pelo sangue, e analisar o tema das fratrias e subfatrias e sua relação com os totens, vai dizer que o horror ao incesto não pára com as instituições descritas (totem, fratrias e subfratrias) e que deve-se acrescentar-lhes outros costumes:

> "Esses 'costumes', que regulam as relações dos indivíduos com seus parentes próximos , em nossos sentido do termo, (...) foram denominados de evitações".
>
> (Freud, S., 1913:29).

Analisa alguns exemplos e toca nos momentos de transgressão institucionalizados para mostrar como lá, estranhamente, são exatamente os mesmos graus de parentesco sobre os quais cai a proibição é que vão trangredi-las.

> "É de espantar-nos como o mais misterioso de tudo que esses mesmos selvagens realizem orgias sagradas, nas quais precisamente os graus de parentesco proibido procuram ter relações sexuais - isto é misterioso a menos que vejamos o contraste como uma explicá

ção da proibição".

(Freud, S., 1913:30).

Ou seja, aparece aí o desejo. Deseja-se porque é interditado, ou acontece o contrário? O contraste apontado por Freud é exatamente o desejo, o que faz o contraste significativo com a proibição é o desejo. É porque ele está presente que é preciso que se lhe interdite. Pela interdição, ao mesmo tempo, ele constitui-se. Daí pode se chegar ao tabu, à proibição, instauração da norma. O tabu é marca nas duas direções (proibição e desejo), numa estrada de mão dupla que é condição de humanização do homem.

Freud vai então dar vários exemplos onde fica claro que quer destacar esta dupla face. Percebe-se isso na análise que faz das proibições que ocorrem entre genro e sogra. Adiante volta a enfatizar o aspecto da proibição:

> "Assim, a explicação que devemos adotar para essas evitações estritamente obrigatórias entre os povos primitivos é apresentada por Fison, que as encara simplesmente como uma proteção a mais contra o possível incesto. A mesma explicação é válida para todas as outras evitações, tanto entre relações consanguíneas, como tribais".
>
> (Freud, S., 1913:36).

Vai chegar então à definição do horror:

> "Tudo o que pude acrescentar à nossa compreensão dele foi dar ênfase ao fato de que se trata fundamentalmente de uma característica

> infantil, e que revela uma notável concordância com a vida mental dos pacientes neuróticos (...) Chegamos ao ponto de considerar a relação de uma criança com os pais, dominada como é por desejos incestuosos, como o complexo nuclear das neuroses".
>
> (Freud, S., 1913:37).

Quando diz que se trata, este horror, de uma caracterísitca essencialmente infantil nos leva de volta para os primeiros momentos da história do indivíduo, momentos em que se constitui como sujeito. Parece que aponta, ainda que isto não esteja aí muito claramente colocado, para o fato de que o estabelecimento do inconsciente humano é relativo à proibição do incesto. Aponta com este texto para o fato de que tanto a nível coletivo quanto individual existe um a priori que faz do ser humano este que ele é. É assim o texto Totem e Tabu.

Em termos antropológicos, a obra de Freud deixa muito a desejar. Trabalha essencialmente com Frazer e suas teorias de gabinete caindo em todas as armadilhas em que este outro já tinha sido pego. O valor da obra é resguardado pela possibilidade que se tem de fazer dela uma leitura onde a informação antropológica falha seja deixada e encarada de forma mítica, como um modo de falar daquilo sobre o que se tem tão poucos instrumentos teóricos à disposição. Freud tinha consciência que a palavra da Psicanálise instaurava um novo campo epistemológico, e que este estava relacionado em muitos pontos com outras áreas das nascentes Ciências Humanas. Não é à toa, nem por diletantismo que ele vai fazer incursões pela Antropologia, mas é por reconhecê-la como correlativa ao saber psicanalítico.

Levi-Strauss vai criticar este texto de Freud, pois já tem para si que a noção de totemismo como uma forma de regu

lação do parentesco evitando assim o incesto e gerando a exogamia é uma tese simplista e etnocêntirca. O "selvagem", segundo este mesmo etnocentrismo, se identifica com os animais e as plantas; animando-os, dando-lhes alma, e ordenando o mundo por suas relações com eles porque é marcado por uma impossibilidade de raciocínio abstrato. É um funcionamento pré-lógico da mente selvagem que o animismo pretende demonstrar.

Em sua obra "Totemismo Hoje", Strauss vai apresentar um ponto de vista sobre o assunto que tira a poeira e o bolor acumulado por tantos anos de especulações e falsos juízos no que diz respeito ao sistema de totemismo. Depois de analisar todas as teorias importantes sobre o assunto e se iluminar com a segunda teoria de Radcliff-Brown, ele vai chegar ao totemismo como expressão de uma compreensão de mundo; de uma ordenação que em nada (formalmente falando) difere da nossa, dita civilizada.

Mas o que é a segunda teoria de Radcliff-Brown ? Strauss vai dizer que ela se aproxima do estruturalismo apesar de seu autor nunca ter compartilhado de tal linha de pensamento. Quando em 1951 ele trabalha o método comparativo é para questionar o porquê do uso constante de pares de animais (geralmente aves) no assim chamado sistema totêmico australiano. Radcliff-Brown vai indagar a razão do uso destes pares que compõem a classificação:

> "Em virtude de qual princípio, pares como o falcão e a gralha, a águia e o corvo, o coiote e o gato selvagem são escolhidos para representar as metades de uma organização dualista? A questão não é inspirada por uma vã curiosidade. Se compreendêssemos o princípio, estaríamos talvez em condições de ter um insight de como os povos indígenas se re

> presentam à organização dualista em função de sua estrutura social. Em outros termos, em lugar de nos perguntarmos: por que todos estes animais? Podemos perguntar-nos: por que mais especialmente o falcão e a gralha, e todos os outros pares?
>
> (Brown, in Strauss, 1980:163).

Vai ser este o questionamento que abrirá definitivamente as portas para uma análise estrutural do totemismo. A questão não é a de saber por que tipo de influência os povos estudados foram usar tais animais em seus sistemas de classificação. Não é por algum tipo de identificação mágica, veneração religiosa, etc.. Em primeiro lugar, estes animais estão sempre associados ao contexto etnográfico estudado. O falcão e a gralha, por exemplo, fazem parte do convívio diário daquelas populações australianas. Assim como eles, que são essencialmente carnívoros, essas duas espécies de aves também o são. Elas compartilham com os humanos destas mesmas características.

> "Em outras palavras, o universo da vida animal é representado sob forma de relações sociais como as que prevalecem na sociedade dos homens".
>
> (Brown, in Levi-Strauss, 1980:164).

O que conhecemos por totemismo vai portanto simplesmente exprimir de um modo muito próprio (assim como um código) relações e oposições que poderiam muito bem ser expressas de outra maneira. O exemplo clássico citado por Strauss é o da filosofia Taoísta. Ela elabora pares, de acordo com a oposição básica entre yin e yang, e vai assim opondo o dia à noite, a lua

ao sol, o masculino ao feminino, e assim por diante, organizando-os todos numa totalidade coerente: o Tao.

Radcliff-Brown não vai sentir-se seguro para expandir as conclusões a que chega para além da fronteira dos povos estudados na Austrália, mas o grande passo já tinha sido dado.

> "Os animais do totemismo deixam de ser, somente ou sobretudo, criaturas temidas, admiradas ou cobiçadas: sua realidade sensível deixa transparecer noções e relações concebidas pelo pensamento especulativo a partir dos dados de observação . Compreendemos enfim que as espécies não são escolhidas por serem "boas para comer" mas por serem boas para pensar".
>
> (Levi-Strauss, C., 1980:166).

Através deste raciocínio podemos perceber com clareza a aproximação entre a Antropologia e a Linguística Estrutural, pois o que vemos aqui é uma correlação entre as leis da linguagem, assim como nos foram apresentadas pela Linguística, e as leis do pensamento dito selvagem. O que se pode notar é que há uma homologia entre o pensamento científico e o pensamento selvagem. As correlações usadas por este último tornam-se compreensíveis não pelo seu conteúdo mas sim pela forma. O conteúdo pode ser aproximado de várias relações tomadas do contexto etnográfico: hábitos alimentares, habitat, etc.. Mas é a forma, ou seja, o uso de pares de opostos para a compreensão e a integração do todo que vai representar o invariante presente na questão. Como já vimos anteriormente a análise estrutural é justamente isso; ou seja, a busca de invariantes num certo sistema de relações.

"O pensamento selvagem obedece a uma imperiosa exigência que o impele a buscar relações diferenciais, tanto nas suas atividades práticas e técnicas, como no nível especulativo e nos mitos. Ele institui sistemas de oposições graças às quais a totalidade empírica começa a se articular. Os sistemas classificatórios postulam uma correlação formal entre dois sistemas paralelos de diferenças, o das séries naturais e o dos grupos sociais (mas não uma semelhança entre os termos). A classificação dos indivíduos do clã através deste sistema, baseado em categorias representadas pelas espécies naturais, constitui uma operação lógica que procede de modo semelhante à Fonologia. O pensamento selvagem opera como nosso pensamento científico, pelo entendimento, através de distinções e oposições".

(Lépine, C., 1979:48).

O totemismo expressa uma compreensão do mundo e das relações dos homens consigo mesmos e com este mundo, baseada na oposição de categorias (animais, por exemplo) duas a duas. O selvagem conhece cada hábito e característica do animal que convive em sua região. Respeita-o e com ele interage. Quando faz a transposição para o seus sistema social está assim produzindo significação pela oposição dos significantes em série binária. É disto que se trata o totemismo.

"O totemismo se reduz assim a um modo particu

> lar de formular um problema geral: fazer com que a oposição, em lugar de ser um obstáculo à integração, sirva antes para produzí-la".
>
> (Levi-Strauss, C., 1980:165).

É assim, que no seu trabalho posterior:"O pensamento Selvagem", onde completa o raciocínio já trabalhado em "Totemismo Hoje", vai colocar de novo a questão de sua primeira grande obra, ou seja, a questão das estruturas elementares do parentesco. Mostra aí como as aparentemente elementares estruturas de parentesco dos "selvagens" são, de certo modo, mais elaboradas do que as estruturas complexas. Estas, as nossas das sociedades industrializadas, são baseadas no parentesco pelo sangue e com elas uma certa noção da relação entre as espécies de animais e vegetais e o homem ficaram perdidas. Para o pensamento selvagem, a série animal, para ele tão familiar em seus hábitos e caracterísitcas, é usada como forma de ordenação de seu mundo humano. É por analogias e oposições que o significado de sua organização social vai se construir, ganhar sentido. É da categoria da metáfora o trabalho efetuado pelos chamados sistemas totêmicos.

> "Por se sentir primitivamente idêntico a todos os seus semelhantes..., o homem conseqüentemente adquirirá a capacidade de se distinguir como ele os distingue, isto é, de captar a diversidade das espécies como suporte conceitual da diferenciação social (...). A metáfora, cujo papel desempenhado no totemismo já sublinhamos várias vezes, não é um tardio embelezamento da linguagem, mas um de seus modos fundamentais".
>
> (Levi-Strauss, C., 1980:176).

É portanto do funcionamento de uma subjetividade estruturada como uma linguagem que se trata aqui. Podemos perceber novamente a relação demonstrada por Strauss com a função simbólica. É pela unificação do homem em torno de um inconsciente estruturado como linguagem que ele se bate. O seu combate ao etnocentrismo dominante na pesquisa e na construção teórica etnográfica recebe aí o seu arremate fundamental. Ele marca, com esta noção de inconsciente que apresenta na Antropologia um corte, um verdadeiro corte, cujas consequências ainda não foram totalmente assimiladas.

CONCLUSÃO

> "Quem é esse desejo inconsciente? Quem é ele, esse que é repelido e causa horror ao sujeito? O que se quer dizer quando se fala em desejo inconsciente?
>
> (Freud, in:Lacan, J., 1985:194).

Existe uma noção que vai unir a Antropologia e a Psicanálise. Esta é a nõção de um inconsciente formal, estruturado como linguagem. O horror ao incesto atinge o indivíduo no ponto em que dá-se sua constituição mesma como sujeito. É para o sujeito do inconsciente que este horror vai apontar. O escândalo, este é causado pela subversão que então ocorre em relação ao sujeito da consciência. Como o sujeito da enunciação é excêntrico ao sujeito da consciência, este vai ficar desconcertado diante da experiência do incesto concretizado. Esta experiência vai colocá-lo frente ao desejo recalcado, puxar por assim dizer, o véu que o encobre, criando uma situação não admissível para a consciência.

Mas não é a consciência moral que vai se sentir ameaçada por este movimento, não só ela. O sujeito vai sempre sentir-se horrorizado pelo fato de perceber que não é senhor em sua casa. A percepção da "outra cena" é insuportável, causa estarrecimento. É alguma coisa da mesma ordem do lapso da linguagem. Toda ocasião em que em vez de dizer aquilo que ia dizer, o sujeito diz outra coisa, isso que ele diz é porta aberta para incontáveis novos universos associativos, todos inimagináveis . Isso assusta, horroriza. O horror que o indivíduo sente diante do incesto é algo da mesma ordem.

É de ordem e desejo que se trata quando se toca na questão do horror ao incesto. É o homem que aparece aí por inteiro no que o faz enquanto tal: a palavra.

> "É a palavra que instaura na realidade a mentira. E é precisamente porque introduz o que não é, que pode também introduzir o que é. Antes da palavra, nada é, nem não é. Tudo já está aí, sem dúvida, mas é somente com a palavra que há coisas que são - que são verdadeiras ou falsas, quer dizer, que são- e coisas que não são. É com a dimensão da palavra que se cava no real a verdade. Não há verdadeiro nem falso antes da palavra".
>
> (Lacan, J., 1983:261).

A linguagem suporta a lei, já que a função da palavra remete à função simbólica. É na instauração do registro do simbólico que devemos colocar o horror, como palavra primeira, instituinte do sujeito.

Quando nos fala do pensamento selvagem, Strauss vai mostrar que este, assim como o pensamento domesticado, se estrutura a partir da linguagem. O incosnciente na Antropologia de Strauss apresenta-se como a constituição do universo simbólico. É portanto através do simbolo que a questão do tabu do incesto, dos sistemas totêmicos e do horror ganha sentido. É como instauração do universo da cultura, criação das estruturas de parentesco, como possibilidade de classificação através de semelhanças e oposições que a questão do incosnciente vai aparecer na Antropologia.

Através da Linguística Estrutural encontramos a possibilidade de associar as noções de inconsciente no pensamento de Levi-Strauss e de Lacan. É a função da palavra como marca do humano que vai aparecer nas duas concepções. É a proeminência mar

cante do significante que vai determinar para os dois a noção de estrutura inconsciente.

> "Para Levi-Strauss o significante está em excesso em relação ao significado; a totalidade dos significantes é dada desde o início; mas é aos poucos que o significado é conhecido e integrado".
>
> (Lépine, C., 1979:62)

No seminário sobre o eu, Lacan vai nos falar de duas máquinas que construídas à semelhança da constituição imaginária do eu precisam de um terceiro elemento para que saiam de uma situação paralisante na qual se encontram. Este terceiro elemento é o simbólico, a cadeia significante, que ao quebrar a relação hipnótica própria do imaginário introduz o sujeito do inconsciente, estabelecendo a possibilidade de produção:

> "Este terceiro elemento é no entanto, o que encontramos no inconsciente (...) lá onde deve estar situado para que o balé de todas as maquininhas se estabeleça, ou seja, acima delas, neste alhures onde Claude Levi-Strauss lhes disse, no outro dia, que ficava o sistema de trocas, as estruturas elementares. É preciso que, no sistema condicionado pela imagem do eu, o sistema simbólico intervenha para que a troca possa estabelecer-se, algo que seja, não o conhecimento, porém o reconhecimento".
>
> (Lacan, J., 1985:72).

É portanto do incosnciente e de sua lógica que se trata quando se fala em horror ao incesto, é para ele que este aponta. É através da constituição da função simbólica no homem que este vai poder assim ser chamado e a ordem vai sobrepôr-se ao caos, fazendo então com que o reino da cultura superponha-se ao da natureza. É aí que devemos inscrever o horror ao incesto se queremos escapar às concepções moralistas que geralmente encontramos acêrca deste tema.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA:

1. AJURIAGUERRA - Manual de Psiquiatria Infantil, Rio de Janeiro, Masson, 1976.

2. ARTAUD, A. - Heliogábalo ou o Anarquista Coroado, Lisboa, Assírio e Alvin, 1982.

3. ARTAUD, A. - O Teatro e seu Duplo, São Paulo, Max Limonad, 1984.

4. ATTIÉ, J. - A Questão do simbólico, Salvador, Fatos Editora, 1987.

5. BARTHES, R. - Mitologias, São Paulo, Difel, 1985.

6. BARTHES, R. - Elementos de Semiologia, São Paulo, Cultrix.

7. BLEICHMAR, H. - Introdução ao Estudo das Perversões, Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

8. BLIKSTEIN, I. - Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade, São Paulo, Cultrix, 1985.

9. CASSIRER, E. - Linguagem e Mito, São Paulo, Perspectiva, 1972.

10. CUNHA, A.G. da - Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Rio de janeiro, Nova Fronteira, 1982.

11. DELEUZE, G. - A Filosofia Crítica de Kant, Lisboa, Edições 70, 1983.

12. Dicionário Escolar Latino-Português, Ministério da Educação e Cultura, 1962.

13. DOMEENA, C. - Incesto: Compreensão e Tratamento, São Paulo, Roca, 1984.

14. DOUGLAS, M. - Pureza e Perigo, São Paulo, Perspectiva, 1976.

15. EY, H. - Manual de Psiquiatria, Rio de Janeiro, Masson, 1978.

16. FREUD, S. - Totem e Tabu (1913 (1912-13)), in: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XII.

17. FREUD, S. - Sobre o Narcisismo: Uma Introdução (1914), Madrid, Biblioteca Nueva, 4ª ed., 1981.

18. FREUD, S. - O Estranho (1919), in: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XVII.

19. FREUD, S. - Além do Princípio do Prazer (1920), in: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XVIII.

20. FREUD, S. - O Ego e o Id (1923), in: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XIX.

21. FREUD, S. - Neurose e Psicose (1924(1923)), in: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XIX.

22. FREUD, S. - O Problema Econômico do Masoquismo (1924), in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XIX.

23. FREUD, S. - A Dissolução do Complexo de Édipo (1924), in: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XIX.

24. FREUD, S. - A Negativa (1925), in:Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1981, Vol. XIX.

25. FREUD, S. - Psicoterapia da Histeria, Textos Escolhidos de S. Freud, Rio de Janeiro, Imago.

26. GODINO CABAS, A. - Curso e Discurso da Obra de Jacques Lacan, São Paulo, Moraes, 1982.

27. LACAN, J. - O Estádio do espelho como formador do eu, in: O sujeito, o corpo e a letra: Ensaios de Escrita Psicanalística, Lisboa, Arcádia, 1977.

28. LACAN. J., - Escritos, São Paulo, Perspectiva, 1978.

29. LACAN, J. - Os Escritos Técnicos de Freud, Livro I, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

30. LACAN, J. - O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise, Livro II, Rio de janeiro, Zahar Editores, 1985.

31. LEACH, E. - Cultura e Comunicação, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

32. LÉPINE, C. - O Inconsciente na Antropologia de Levi - Strauss, São Paulo, Ática, 1979.

33. LEVI-STRAUSS, C. - Antropologia Estrutural, São Paulo, Tempo Brasileiro, 1975.

34. LEVI-STRAUSS, C. - Mito e Significado, Lisboa, Edições 70, 1978.

35. LEVI-STRAUSS, C. - Totemismo Hoje, in: Os Pensadores, São Paulo, Abril, 1980.

36. LEVI-STRAUSS, C. - As Estruturas Elementares do Parentesco, Petrópolis, Vozes, 1982.

37. LEVI-STRAUSS, C. - Introdução à Obra de M. Mauss, in: Estruturalismo, São Paulo, Martins Fontes.

38. MASTERS, R.E.L. - Patterns of Incest, New York, The Julian Press, 1964.

39. MOURA CASTRO, E. - Psicanálise e Linguagem, São Paulo, Ática, 1986.

40. NASIO, J. - A Criança Magnífica da Psicanálise, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1988.

41. NIETZSCHE, F. - A Genealogia da Moral, Lisboa , Guimarães Editores, 4ª edição, 1983.

42. NIETZSCHE, F. - O Origem da Tragédia, Guimarães Editores, 4ª edição, 1985.

43. NIN, A. - A Casa do Incesto, Lisboa, Assírio e Alvim, 2ª edição, 1984.

44. OGILVIE, B. - Lacan, Formação do Conceito de Sujeito, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1988.

45. RODRIGUES, N. - Teatro Completo: Peças Psicológicas, Vol. 1, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

46. ROUANET, S. - A Razão Cativa, São Paulo, Brasiliense,1985.

47. SÁ-CARNEIRO, M. - O Incesto, Lisboa, Edição Rolim, 1984.

48. SAUSSURE, F. - Curso de Linguística Geral, São Paulo, Cultrix.

49. SÓFOCLES - Rei Édipo, Rio de Janeiro, Ediouro.

50. STEIN, R. - Incesto e Amor Humano, Símbolo, 1978.

51. TURNER, V. - O Processo Ritual, Petrópolis, Vozes, 1967.

52. Conspiração do silêncio, Rio, Zahar, 1979.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:

Orientadora: Circe Navarro Vital Brazil
PUC/RJ

Esther Maria de Magalhães Arantes
PUC/RJ

Ângela Baraf Podkameni
PUC/RJ

Visto e permitida a impressão.

Rio de Janeiro,

Maria Euchares de Senna Motta
Coordenadora dos programas de Pós-Graduação do Centro de Teologia e Ciências Humanas.